O DISCURSO DA (N)AÇÃO: APONTAMENTOS DE LITERATURA, HISTÓRIA E PROPAGANDA POLÍTICA NA REVISTA *OS SERÕES* (1901-1911)

FERNANDA SUELY MULLER¹

Centro de Humanidades, Departamento de Letras Estrangeiras-DLE
Universidade Federal do Ceará - UFC
Avenida da Universidade, 2683- 60020-180 - Fortaleza, CE

fernanda.muller@letras.ufc.br

Resumo. *Desde seu lançamento, a revista mensal e ilustrada Os Serões (1901-1911) veiculou, além de artigos vários sobre os mais diversos aspectos da sociedade portuguesa e (eventualmente) brasileira da época, uma série de artigos bem peculiares. Em alguns artigos/reportagens publicados de forma seriada e intituladas como “De Lisboa a Moçambique” e “Guerras coloniais”, por exemplo, notamos que a campanha colonial e os feitos dos desbravadores portugueses em terras africanas foram relatados bem à moda folhetinesca sempre enfatizando, não por acaso, a “grandiosidade” e a “hegemonia” da raça lusitana perante às (ex)colônias. Neste trabalho objetivamos, portanto, traçar um breve panorama do discurso (pós) colonial fomentado pela revista através de fragmentos significativos e demonstrar como a imprensa da época endossava a campanha colonialista com o escopo de (re)construir a imagem de um país decadente através da propaganda nacionalista.*

Palavras-chave: *imprensa periódica; relações luso-brasileiras; propaganda colonialista.*

Abstract. *Since its first number, the monthly and illustrated magazine Os Serões (1901-1911) has published, in addition to various articles on the most diverse aspects of Portuguese and Brazilian (perhaps) society of the time, a series of very peculiar articles. In some articles / reports published in series and titled “From Lisbon to Mozambique” and “Colonial Wars”, for example, we note that the colonial campaign and the achievements of the Portuguese pioneers in African lands were reported in a “soap opera” style always emphasizing, not by chance, the “grandeur” and “hegemony” of the Lusitanian race before the (former) colonies. In this work we aim to draw a brief overview of the (post) colonial discourse promoted by the magazine through significant fragments and demonstrate how the mass media at that time endorsed the colonialist campaign with the scope of (re)constructing the image of a decadent country through nationalist propaganda.*

Keywords: *periodical press; Portuguese-Brazilian relations; colonialist propaganda.*

¹ Professora Adjunta de Língua e Literatura Italiana junto ao DLE- UFC, onde também atua como docente no Mestrado em Estudos da Tradução.

É sob a égide da instabilidade que Portugal inaugura o seu século XX.

No cenário político, a situação lusitana era considerada como crítica, não só devido à repercussão do traumatizante episódio do *Ultimato* ocorrido na década do século anterior (1890) mas, sobretudo, pelo paulatino enfraquecimento da Monarquia (que, mesmo cedendo espaço ao regime Republicano estava longe de conseguir resolver todos os problemas do país daquele período). Além disso, a ameaça constante da perda do território ultramarino remanescente (ainda visto pela maioria dos portugueses como a “salvação nacional”) devido à concorrência com as grandes potências na corrida imperialista, contribuem para tornar ainda mais difícil e conturbado tal momento histórico para a nossa antiga metrópole.

Sendo Portugal um país acostumado, por excelência, às “conquistas e glórias” resultantes de política de posse territorial colonialista que gerou importantes dividendos e prestígio à Nação em tempos passados, é interessante observar como, no início do século passado, e num período totalmente desfavorável a esse tipo de conduta aos lusitanos, uma parcela significativa de portugueses ainda acreditava que a solução para o problema interno da pátria estava no além-mar e, mais especificamente, nas “colônias” que ainda mantinha, valendo-se principalmente da imprensa e de alguns periódicos específicos que também circulavam nesses países como disseminadores primordiais dessa propaganda nacionalista.² Bem como afirma Ribeiro (2004, p. 26)³:

No contexto imperialista do final do século XIX, pelo império, Portugal recuperava a imagem de Portugal descobridor, universalista, representado nas aventuras marítimas dos séculos XV e XVI, eternizado na epopeia camoniana, posicionando-se de novo como centro de um império colonial; e pelo império, Portugal iludia a sua situação de séculos de decadência, a que a ressaca brasileira neste fim de século trazia laivos de desespero, e acompanhava – mesmo que ilusoriamente como o Ultimatum inglês viria a demonstrar – a Europa desenvolvida como uma nação imperialista europeia, imaginando-se no centro dos movimentos do mundo.

² Ainda nesse sentido, é muito pertinente a reflexão de Ribeiro (2004, p.15) que analisa de uma maneira muito perspicaz essa “fixação” portuguesa pela permanência de uma política colonialista, mesmo com altos custos à nação. Partindo da ideia de que o português assentou seu governo imperial nos moldes de um *translatio imperii* – no qual o centro do império, enquanto legítimo representante simbólico de poder e cultura de uma determinada metrópole, seria constantemente “transferido” ou “transladado” para as “margens imperiais” de acordo com a necessidade pátria – a pesquisadora afirma que em Portugal tal fenômeno aconteceu em dois momentos cruciais para o país: “[...] primeiro, e externamente, em relação à Europa, em que Portugal, depois de ter sido a sua ‘margem e vanguarda’, e, portanto, ‘rosto’ da Europa, a justo título, para os outros povos não europeus trazidos pelo movimento dos Descobrimentos, se converte em margem e retaguarda dessa Europa, sendo visto como um país que tinha falhado a modernidade e, nessa medida, em termos modernos, tinha falhado a sua missão colonial, convertendo-se o império não numa continuidade e braço essencial da expansão econômica, financeira, social e política da metrópole, mas antes no seu reduto essencial de sobrevivência em termos reais e simbólicos.” A pesquisadora assinala ainda que o *translatio imperii* para o país foi particularmente significativo com a efetiva transferência da corte de D. João VI para o Rio de Janeiro (uma vez que desde a derrota de Alcácer Quibir era justamente o Brasil que personificara a “restauração” do reino com a concretização de um “Quinto Império”) e mais tarde, com a mudança simbólica para Angola, após o início da Guerra Colonial, na década de 60 (p. 16). Cf. RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma história de regressos: Império, Guerra colonial e Pós-colonialismo**. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

³ RIBEIRO, Margarida Calafate, *Op. Cit.*, 2004, p. 26.

No caso do Brasil, é curioso notar que apesar de “perdida” formalmente a possessão há então quase cem anos, o país ainda se configurava como um excelente negócio para a (ex) metrópole, ao ponto de Alexandre Herculano ter afirmado que o país era “a nossa melhor colônia... depois que deixou de ser colônia nossa”⁴ e, portanto, se a manutenção política desse território não era mais possível, manter esse mercado consumidor era algo essencial para os lusitanos, já que era justamente o dinheiro da sua (ex) colônia que movia boa parte de sua economia⁵. Assim, a notória relevância econômica do Brasil, – indiscutível no período colonial – para as finanças lusitanas também se fazia premente e de vital importância para o desenvolvimento de Portugal nesse início do século XX.

De fato, desde a conclusão de nossa tese de doutorado (financiada pela FAPESP)⁶, temos analisado como se estabeleceram as relações culturais e literárias em/através de algumas revistas lusitanas (e/ou “luso-brasileiras”)⁷, visando a compreensão mais geral que pretendia evidenciar a real importância desses periódicos para as relações políticas entre ambos os países. Do mesmo modo, pretendíamos ainda verificar como tais veículos, consequentemente, serviam como uma importante plataforma para uma parcela da intelectualidade lusitana que, ao moldar o conteúdo difundido nessas revistas, desejavam “construir” um modelo de “cooperação mútua” que almejava, na verdade, atender às necessidades financeiras de Portugal.

Notamos que durante o período cronológico estabelecido para desenvolver nossa pesquisa (1900-1920) essa intelectualidade, ou *elite* lusitana, tanto aquém, quanto além mar, e mais ou menos articulada e congregada em torno de seus “aparelhos institucionais” (como a Sociedade de Geografia de Lisboa e Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, por exemplo), valeu-se da imprensa de modo geral como “instrumento” para difundir e colocar em prática os mais diversos “planos de aproximação” (estratégias principais) com a finalidade de atingir seus objetivos maiores em favor de Portugal.

Nesse processo é interessante destacar que, não por acaso, a imprensa tinha sido eleita como principal “ferramenta” dessa empreitada, pois, certamente, tal intelectualidade estava consciente sobre os significativos efeitos persuasivos que a reiterada propaganda de Portugal poderia causar nas mentes mais incautas, ou não teriam tentado “mascarar” a grande onda (e conflitos) antilusitanos no Rio de Janeiro, por

⁴ HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos II**. Lisboa: Presença, 1983. p. 69 (org. de Jorge Custódio e José Manuel Garcia).

⁵ Segundo Rollo e Marques (1991, p.173-174), por exemplo, “o Brasil continuava a ser, a seguir da Grã-Bretanha, o mais importante mercado de exportação português, absorvendo 24% do valor total da exportação: era ele o maior consumidor de vinhos comuns e de toda a série de substâncias alimentares [...]”. Cf. ROLLO, Fernanda; MARQUES, A.H. de Oliveira, Capítulo V: Os meios de circulação e de distribuição. Em: SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.). **Nova História de Portugal: Portugal da Monarquia à República** (vol. XI). Lisboa: Editorial Presença, 1991.

⁶ Processo nº. 07/55142-3. Título: *(Re)vendo as páginas, (re)visando os laços e (des)atando os nós: as relações literárias e culturais luso-brasileiras através dos periódicos portugueses (1899-1922)*, 2 volumes (670 páginas) defendida na FFLCH-USP em 08 de abril de 2011, sob a orientação da Profa. Dra. Annie Gisele Fernandes.

⁷ As revistas então escolhidas para integrar inicialmente o *corpus* de nossa pesquisa de Doutorado foram: *Brasil-Portugal* (1899-1914), *Ilustração Portuguesa* (1903-1924), *Atlântida* (1915-1920), *Serões* (1901-1911), *Ocidente* (1878-1915), *A Águia* (1910-1932), *Orpheu* (1915), *Nação Portuguesa* (1914-1938) e *A Rajada* (1912).

exemplo, através de artigos que proclamavam a “fraternidade entre as nações irmãs”, ou, do mesmo modo, não teriam insistido na ideia de que os “acordos” articulados por eles beneficiariam muito o nosso país. A título de exemplo citemos o caso do “Acordo luso-brasileiro” (1909), proposto por Consiglieri Pedroso (então presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa) e ratificado pela revista *Brasil-Portugal* (do qual era, inclusive, colaborador assíduo) ou, ainda, o projeto da instauração de uma “Confederação luso-brasileira” em 1916 (cuja sede governativa seria em Lisboa, logicamente) e promovido calorosamente pelos membros da revista *Atlântida*.

Com efeito, é também no alvorecer desse século XX que surgem estudos muito significativos no que tange a esse novo *modus operandi* capitalista, traduzido nessa nova espécie de *imperialismo pós-colonial* com destaque para a modalidade de “influência cultural” que foi, de certo modo, o que Portugal tentou exercer no Brasil.

Consoante aos estudos de Edward Said (1995), que utiliza o termo imperialismo para “designar a prática, a teoria e as atitudes de um centro dominante governando um território distante” (p. 40), fazemos nossas as palavras desse célebre pesquisador pois também pretendemos imprimir tal leitura na análise de nosso *corpus*. Ainda de acordo com o autor, ao reiterar as ideias de Michael Doyle:

O império é uma relação, formal ou informal, em que o Estado controla a soberania política e efetiva de outra sociedade política. Ele pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social ou cultural. O imperialismo é simplesmente o processo ou a política de estabelecer ou manter um império. Em nossa época, o colonialismo direto se extinguiu em boa medida; o imperialismo [...] sobrevive onde sempre existiu, numa espécie de esfera cultural geral, bem como em determinadas práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais.⁸

Assim, ao privilegiar o imperialismo sob uma perspectiva cultural – que, apesar de constituir um ponto de vista privilegiado para analisar as questões concernentes a (ex) colônia e (ex) metrópole, sobretudo no contexto luso-brasileiro, ainda goza de pouca atenção da crítica acadêmica se comparada às abordagens predominantemente políticas ou econômicas dessa relação – pretendemos imprimir tal leitura no trabalho que desenvolveremos a partir da reflexão sobre alguns pontos essenciais da mencionada obra de Said (1995).

Na introdução da obra citada, *Cultura e Imperialismo* (1995), Edward Said expõe a metodologia por ele adotada para “ler”, em certas obras como *O Coração das Trevas*, de Conrad, e *Aida*, de Verdi, determinados traços concernentes à cultura e império e, nomeadamente, o discurso escamoteado nessas narrativas de reforço das estruturas e categorias mentais propostas pelos colonizadores (consolidando assim as práticas dominadoras, desde as remotas origens de um imperialismo no mundo).

Nesse sentido, almejamos também “ler” nas entrelinhas e comprovar, através de excertos de artigos selecionados da revista *Os Serões (1901-1911)*, o discurso legitimador

⁸ SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 40.

do processo de colonização tanto nos territórios pertencentes por “direito” a Portugal quanto no Brasil, através dos “laços maiores de amizade” e “cooperação mútua”, como propunham os discursos de manutenção da hegemonia cultural nos periódicos que pesquisamos.

Outro questionamento fulcral para o nosso estudo é aquele assentado no conceito de hegemonia, que se enquadra tanto na questão do *pós-colonialismo*, como no da subordinação. Fundamentado inicialmente por Gramsci em seus famosos *Cadernos do Cárcere*, o termo hegemonia foi definido pelo intelectual italiano como a direção cultural exercida, principalmente no âmbito das sociedades ocidentais modernas, por um grupo social mediante o consenso de outros agrupamentos sociais. Com efeito,

a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras, tanto “domínio” como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a “liquidar” ou mesmo subjugar também pela força armada e é o líder dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e aliás deve ser líder antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a mesma conquista do poder), e depois, quando exercita o poder e mesmo se o mantém fortemente sob controle, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente”.⁹

No âmbito das publicações periódicas que analisamos, pudemos identificar que tais veículos podiam ser classificados em subgrupos, a saber: revistas “híbridas” (*Atlântida* e *A Águia*), revistas literárias (*A Rajada* e *Orpheu*), revistas políticas (*Nação Portuguesa*) e revistas de Ilustração ou magazines (*Brasil-Portugal*, *Ilustração Portuguesa*, *Ocidente* e *Serões*).

As “revistas de ilustração”, ou ainda *magazines*, são periódicos voltados especialmente para o entretenimento, que tinham na imagem (gravura, ilustração, fotografia e afins) seu principal atrativo editorial. Muito frequentes no início do século passado, comumente apresentavam seções muito variadas (curiosidades, moda, notícias, charadas, partituras, textos literários, seção infantil), que visavam agradar a todos os membros da família que, em geral, fazia uma leitura coletiva do periódico nos quotidianos serões domésticos, costume rotineiro do período.

A revista *Serões: Revista Mensal e Ilustrada* (“História – Viagens – Romances – Música – Costumes – Modas – Artes decorativas – Conhecimentos úteis”) tem seu primeiro número publicado em Lisboa no início do século XX e, tendo circulado entre 1901 a 1911, pertenceu ao *corpus* da vasta gama de periódicos engendrados pela e para a intelectualidade luso-brasileira com o escopo de fomentar os elos culturais, literários e políticos entre ambos os países no período. O “belo magazine da livraria Ferreira e Oliveira, da Rua do Ouro, teve larga vida e brilhante colaboração”¹⁰ contou também com uma ampla divulgação no Brasil e nas colônias africanas, como podemos perceber através da intensa correspondência enviada por leitores brasileiros e colonos portugueses em terras africanas publicada na sessão “Correspondência dos Serões”, sempre publicada no final de cada volume da revista. A revista foi publicada em dois momentos (séries): a

⁹ GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 2008. p. 2010-2011 (tradução nossa).

¹⁰ MARTINS, R. *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1941. p. 111.

primeira fase (1901 a 1904) contabilizou 24 números em 4 volumes, enquanto a segunda (1905 a 1911) somou um total de 78 números em 13 volumes. A revista contou com a ilustre direção de renomados intelectuais portugueses do período, que se destacaram não só no campo das letras, mas também no âmbito político: Henrique Lopes de Mendonça (1901-1908, autor da letra do Hino Nacional Português), Eduardo de Noronha (1909-1910) e Antonio Sergio (1901-1911). Outrossim, a revista contou com a colaboração singular de renomadas personalidades lusitanas e brasileiras, como Teixeira de Pascoaes, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Julio Dinis, Aquilino Ribeiro, Adolfo Coelho, Antonio Enes, Câmara Reis, Carlos Malheiro Dias, Eugenio de Castro, Fidelino de Figueiredo, Gonçalves Crespo que, dentre tantos outros, contribuíram tanto com produção literária (sonetos e folhetins) quanto artigos diversos sobre economia, política, moda, música e outras efemeridades diversas, por exemplo. O folhetim – presença obrigatória em praticamente todas as publicações periódicas da época – também tinha seu espaço reservado nas páginas da revista, que ainda publicava regularmente mais duas colunas fixas – “Atualidades” e “Correspondência dos Serões”. A partir da publicação da segunda série (1905), observamos ainda uma grande inserção de artigos destinados ao público feminino, muito apropriadamente intitulados ora como “Serões das Senhoras”, ora como “Serões das crianças” e eventualmente “Serões dos bebês”, os quais, apesar de não apresentarem regularidade, mereceram destaque nas páginas das revistas.

Como veremos, o periódico também discutiu obstinadamente a então atual política portuguesa e, principalmente, o papel de Portugal nas (ex) colônias (deveres, direitos, resolução de conflitos, guerras, adaptação dos colonos, etc.) seja através de seus artigos e até mesmo pela estrutura narrativa dos folhetins, em modo análogo àquele já considerado por Said (1995).

Conforme já foi aludido, a sociedade portuguesa tentava desesperadamente recuperar a autoestima nacional ferida pelos acontecimentos advindos do *Ultimatum* em 1890, ápice de uma crescente decadência político-econômica que já vinha sendo observada no país pelo menos desde meados do século XIX e a Monarquia, falida, não conseguia corresponder mais às expectativas da população.

Na tentativa de frear esse processo incontestável de declínio econômico e político, a manutenção dos territórios remanescentes na Índia, de Macau e de outros pontos-chave do antigo domínio colonial português na Ásia era imprescindível. Devido à sua localização e ao “promissor” lucro que poderia gerar, o quinhão no continente africano era a maior preocupação da metrópole que não mediu esforços para “civilizá-lo”: em tais domínios, foram intensificados os deslocamentos militares, missões católicas e todas outras formas de presença de governo colonial, de modo de assegurar a “posse” efetiva e por direito da Nação portuguesa para repelir eventuais concorrentes. Não por acaso, foi justamente tais lutas em busca da conquista de espaço, as aventuras e a adaptação/transformação desse ambiente hostil pelos “valorosos homens portugueses” nas terras exóticas d’além-mar o tema de matérias e narrações fictícias que percorreram boa parte dos dez anos de publicação da revista e que atendiam ao objetivo principal de elevar a pátria portuguesa e fazer renascer o grande espírito empreendedor do passado glorioso de Portugal, ainda que de forma escamoteada.

Na página 16 do primeiro volume da revista (1901), temos a publicação do primeiro capítulo do “artigo/folhetim” intitulado “De Lisboa a Moçambique”, de Antonio Enes (ao todo foram publicados 15 capítulos). A obra, estruturada em duas partes de dez capítulos cada, foi publicada como um folhetim até 1903 e foi veiculado junto com o folhetim “habitual” da revista (embora a estrutura fosse a mesma). Os folhetins veiculados na revista sempre apresentavam via de regra a mesma temática, ou seja, versavam sempre sobre viajantes, desbravadores e suas desventuras de portugueses em terras estrangeiras e inóspitas como foi o caso, por exemplo, de “O testamento de Pedro Braz”, primeiro folhetim publicado na revista e, portanto, muito semelhante à narrativa de Enes que foi publicada na revista. Além disso, apresentou uma outra particularidade muito importante: a história ali narrada, embora com efeitos e tratamento literário, era uma história real, isto é, era uma espécie de “diário de bordo” com as impressões de seu autor e a viagem descrita remetia ao período em que Enes esteve na África como Ministro logo após ao famoso *Ultimatum* inglês.

Como veremos, o escritor-jornalista teve uma trajetória de vida muito particular e interessante que, não por acaso, respondia aos interesses dos intelectuais da época que gestaram tais publicações e ratificava o programa editorial da revista. Antonio José Enes (Lisboa, 15 de Agosto de 1848 — Queluz, 6 de Agosto de 1901), mais conhecido por Antonio Enes, frequentou o Curso Superior de Letras de sua cidade natal e coadunou as funções político, jornalista e escritor. Como jornalista, integrou a redação da *Gazeta do Povo*, dirigiu os jornais *O País* e *O Dia*, além de ter colaborado em outros periódicos, como foi o caso da sua contribuição com os *Serões*. Por muitos anos desempenhou o cargo de administrador colonial português em terras moçambicanas, nas quais teve papel de destaque durante a repressão à rebelião tsonga na porção sul do país. Ainda como político, foi membro atuante do Partido Histórico e da Maçonaria, além de ter exercido as funções de deputado de Ministro da Marinha e Ultramar na primeira fase do governo extrapartidário de João Crisóstomo de Abreu e Sousa, logo após o famoso episódio do *Ultimatum*. Devido à sua brilhante atuação na resolução dos conflitos entre os “rebeldes” nas colônias africanas, no ano de 1896 é nomeado ministro de Portugal no Brasil e em 1901, logo após do início da publicação de sua obra nos *Serões*, falece na cidade de Queluz.

Sobre o período em que esteve em terras africanas e sobre o mundo lusitano que ali se erigia escreveu, por exemplo:

só a cobiça humana, tão heróica na sua avidez, podia povoar aquela instância de desolações, e por isso foram romanos que formaram a antiga Adana, árabes que a fortificaram, ingleses que a engrandeceram. E nós portugueses, que no século XVI representamos com igual brio a heroicidade e a rapina, tentamos senhorea-la. [...] Passando ao largo de muitas terras que recordam glórias portuguesas e tem os nomes registrados nos *Lusíadas*, chega-se afinal a Zanzibar... (ENES, 1901, p. 80, 90)

Largamente permeado pelo discurso positivista tão em voga da época, Enes dissertou sobre o povo africano e sobre a influência do meio no povo indígena e também nos colonizadores.

Moçambique poderá produzir o que quiserem, mas decerto não dotará a pátria portuguesa com um segundo Camões. Peçam-lhe tudo, menos gênios – a não serem (sic) maus gênios. Isso sim; tem-nos e fabrica-os em profusão. Se está provado que as enfermidades do fígado e do baço influem sobre o caráter e determinam melancolias, irascibilidades, azedumes, displicências, a elas deve atribuir principalmente, uma ordem inteira de fenômenos característicos da Sociedade Européia da África Oriental, fenômenos que colaboram com as depressões mentais na lastimosa inferioridade [...] Destas ligeiras observações – que cairiam no ridículo se tivessem aspirações a parecerem científicas ou sequer sisudamente comprovadas – tiro eu uma conclusão desfavorável à África e à raça branca. As ainda mal estudadas causas naturais que fizeram as raças negras estúpidas e depravadas, na sua generalidade, atuam também sobre europeus que se estabelecem na área de habitabilidade dessas raças, produzindo efeitos fisiológicos e morais semelhantes. Se, pois, uma colônia de brancos se fixasse, por exemplo, em Moçambique, e lá ficasse inteiramente isolada do mundo europeu e culto, extinguir-se-ia em curto prazo, é claro; mas se não se extinguisse, dentro de alguns séculos os seus descendentes talvez ainda não tivessem a epiderme negra de todo, mas já acreditariam em feitiços, comer-se-iam uns aos outros, e venderiam os filhos, como escravos, – se os verdadeiros negros, seus vizinhos, tendo-lhes passado adiante na *evolução*, não proibissem estas malfetorias por meio de congressos, bloqueios e expedições. (ENES, 1901, p. 221-222)

Como podemos notar o tom narrativo dessa “meta-ficção” criada por Enes corrobora para a mistificação das terras africanas, acentuando assim sua natureza acre e o “dever” que os portugueses tinham, enquanto nação valorosa e evoluída, de levar o progresso, a civilização e o nome de Portugal para terras distantes.

Também em tom heroico e grandiloquente são descritas as desventuras lusitanas em terras asiáticas, no artigo “Portugal e a China ante a questão de Macau”. Vejamos como começa o citado artigo, publicado em 1902:

A elíptica envolve a Terra no enorme anel que marca o caminho aparente do sol em redor do globo. A civilização portuguesa, como esse círculo máximo da esfera, envolveu o mundo terráqueo dum a outro hemisfério; e o clarão que, em radiantes chispas de gloriosa auréola, se acendeu em Sagres, percorre, numa fita de luz, toda a superfície terrestre e deixou iluminado o caminho que outros, depois de nós, seguiram, quando fracos e desalentados pelas desgraças e amarguras, retrocedemos e tivemos de retirar ante a força e a energia da sede de ouro dos traficantes flamengos e bretões.

Mas quanto lhes custou a tarefa da expoliação! Que o digam os mares da Malásia e as ondas do Oceano Indico – quantos cadáveres se sumiram nos seus abismos! [...] De Macau, Molucas, Ilhas da Soonda, Java, Índia, Ceilão, Moçambique, Cabo da Boa Esperança, à Angola e Brasil – nesse enorme caminho que abrange os dois hemisférios – ações nunca vistas até então marcaram, passo a passo, os escalões da heroica retirada. E esses homens, abandonados e sós, sem navios nem armamentos, conseguiram ainda assim disputar aos vorazes piratas os valiosos restos que ainda nos ficaram do grandioso poderio de outros tempos. (MARQUES PEREIRA, 1902, p. 195)

Embora na aparência fosse mais “ingênua” ou, pelo menos, politicamente menos engajada do outras revistas ilustradas publicadas no período (como a *Ocidente*, por exemplo), também podemos ver, nas páginas de Serões, um posicionamento ideológico muito significativo. Seja através de um “prestígio cultural” *imperial* nos mesmos moldes daquele já discutido por Edward Said (1995) ou mesmo pela relevância política de alguns de seus colaboradores ilustres como Henrique Lopes de Mendonça ou António Sérgio, notamos que *Serões* também se configura como uma peça importante no cenário editorial português daquele tempo.

É sobretudo a partir da publicação da 2ª. Série (1905) que a revista passa a privilegiar a abrangência de “assuntos internacionais” (ou seja, notícias das colônias e ex-colônias) na tentativa de entrar no nicho do mercado editorial até então disputado somente pela *Ocidente* e pela revista *Brasil-Portugal*. Embora o Portugal continental tivesse primazia em suas páginas, o Brasil, as colônias africanas e até mesmo Macau paulatinamente vão ganhando espaço na revista.

Assuntos diplomáticos (“Legação do Brasil em Lisboa”, vol. VII, 1908; “Exposição do Rio de Janeiro” Vol. VI, 1908...), relações bilaterais (“A evolução política do Brasil, vol. III, 1907...), visitas de ilustres personalidades (“Brasileiros ilustres: Dr. Miguel Calmon, Vol. VIII, 1909), festividades nacionais (“O carnaval no Rio de Janeiro”, Vol. II, 1906), escritores coetâneos (“Duas glórias literárias do Brasil: D. Júlia Lopes de Almeida e Filinto de Almeida”, Vol. II, 1906) e até mesmo as “idílicas” paisagens brasileiras (“A nova Paris da América do Sul: atuais transformações e embelezamentos do Rio de Janeiro”, Vol. II, 1906; “Costume do Maceió: Estado de Alagoas, Estados Unidos do Brasil”, vol. II, 1906) foram os assuntos principais sobre o “Brasil” publicado pela Serões.

Até mesmo quando o assunto abordado não era especificamente a imigração portuguesa, como no caso do artigo “Escolas móveis pelo método de João de Deus”, de autoria de João de Barros, a importância dos portugueses no exterior para a “pátria mãe” era sublinhada. Nesse sentido, ao comentar sobre a necessidade da ampliação e melhoramento do sistema de ensino português, João de Barros destacou que o novo método proposto por João de Barros estava conseguindo ser implementado no país em boa parte pela ajuda vinda “do Brasil, de onde está vindo o incentivo e o dinheiro” (p. 202, vol. IV, 1907).

Uma premente crise da produção vinícola portuguesa, aludida igualmente nas páginas do *Ocidente*, também acaba se tornando pretexto para comentar a importância do Brasil não só enquanto mercado consumidor, mas também como lugar de prosperidade da colônia portuguesa no exterior:

[...] O nosso principal mercado consumidor: O Brasil.

O melhor e mais certo mercado dos vinhos portugueses, o nosso maior consumidor, é o Brasil, onde uma numerosíssima colônia, notável pelo acrisolado patriotismo de que tem dado sobejas provas, procura mantê-los no primeiro lugar, e opõe pelo fato uma barreira fortíssima à concorrência dos vinhos italianos, franceses e espanhóis. Os próprios brasileiros, que sempre tem mostrado uma terna e especial predileção por Portugal e por tudo quanto é nosso e nos interessa, protegem o

desenvolvimento e expansão do comércio de vinhos portugueses, que preferem aos outros, desde que saibam puros. Em condições tão excepcionalmente favoráveis, não será difícil manter o lugar já conquistado: basta enviar para a florescente república produtos que nem iludam a benévola expectativa de uns, nem aniquilem os bons desejos e esforços de outros. [...] Portugal, exportando para o Brasil, três vezes mais vinho do que a Itália, a França e a Espanha reunidas, precisa ainda trabalhar muito para alargar o âmbito do seu principal mercado consumidor e para estreitar ainda mais as relações comerciais entre os dois países que falam a mesma língua e que tem simplesmente a dividi-los uma linha imaginária, na frase brilhante de um distinto diplomata brasileiro.¹¹

Toda a excitação em torno dos acontecimentos da Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908, bem como sua repercussão e seus bons agouros de impacto positivo para as relações luso-brasileiras no período, foram intensamente debatidos do mesmo modo nas páginas dos *Serões*, considerado pelo periódico como “mais um poderoso vínculo entre as nações e entre o passado delas e o seu futuro”¹². Ainda de acordo com Figueiredo (1908):

Os bons brasileiros e os melhores portugueses não perderão o ensejo de estreitar esse vínculo. [...] sendo legítimo orgulho da gente brasileira, constituem, ao mesmo tempo, legítima ufania de Portugueses, visto que o Brasil é mais do que irmão de Portugal: é seu filho, e não deve haver país que se não envaidecem com os triunfos de sua prole.

Já em relação às possessões africanas, analogamente ao conteúdo veiculado pela *Ocidente*, foram constantemente reiterados a importância da manutenção do território em certas batalhas particulares (“Grandes tópicos: Portugal na África”, vol. VI, 1908, por exemplo), além de folhetins sugestivos que reforçavam a prática imperialista portuguesa nesses territórios, como já vimos.

Ainda que tenha abordado os mesmos assuntos da *Ocidente* e tenha assumido até a mesma postura daquela outra publicação declaradamente imperialista (nos termos “culturais” proposto por Fernando Pessoa)¹³ notamos em suas páginas uma política de manutenção e de defesa muita acirrada das “colônias”, mesmo quando tais territórios não o eram de fato. Em meados de 1910, quando a polêmica reivindicação tardia do território de Macau por parte dos chineses vem à baila, a defesa faz uma defesa apaixonada não só da legitimidade dos portugueses por estarem lá como empreende uma defesa apaixonada deste território. Vejamos, por exemplo, como Arthur Lobo d’Ávila introduz o assunto na

¹¹ Os nossos vinhos e o Brasil. *Serões: Revista Mensal e Ilustrada*, Lisboa, v. VII, n. 41, p. 367-370. 01/11/1908.

¹² FIGUEIREDO, Cândido de. O Brasil e a sua Exposição. *Serões: Revista Mensal e Ilustrada*, Lisboa, v. VII, n. 41, p. 283-291. 01/10/1908.

¹³ Cf., por exemplo, PESSOA, Fernando. *Sobre Portugal* - Introdução ao Problema Nacional (Introdução de Joel Serrão e recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão). Lisboa: Ática, 1978. Ainda de acordo com Pessoa: “se o nosso imperialismo é um imperialismo cultural, ou, em outras palavras, se é um imperialismo cujo ponto de apoio é a Cultura, é evidente que, para a sua organização dinâmica, se deve apoiar aos elementos a que culturalmente pertence ou com que culturalmente se conjuga; sendo certo que se não deve esquecer que um imperialismo, embora cultural, é sempre um imperialismo, isto é, que, embora uma política cultural, é sempre uma política” (p. 232-233).

edição de número 60, publicada em junho de 1910:

Leal! Cidade do Santo Nome de Deus de Macau, na China não há outra mais leal”. Tal é a legenda que, em parte, circunda o brasão de armas da minúscula, mas gloriosa, colônia portuguesa no Extremo Oriente... [...] Macau deve merecer a todos os portugueses uma particular veneração, por ter sido o único torrão pátrio em que a bandeira das quinas não foi arriada durante a dominação castelhana.

Nota-se assim que, através de episódios tão caros ao imaginário heroico português como a resistência contra a dominação espanhola também acabavam sendo lembrados pelo periódico.

Como pudemos perceber, inúmeros são os exemplos de artigos de propaganda nacionalista que não só a revista *Os Serões* veiculou, mas a maioria das publicações periódicas lusitanas (e também luso-brasileiras, objetos de nossa pesquisa desde o Doutorado) nessa busca incessante de (re)criação de uma imagem forte e impactante na sociedade portuguesa que, remetendo às glórias passadas, alçaria a nação novamente a um lugar de destaque no âmbito mundial. De acordo com Élio Serpa¹⁴:

Pode-se dizer que nessas revistas os intelectuais portugueses, formados na cultura política nacionalista, objetivavam internamente padronizar tradições, criar projetos educacionais unificadores, propor formas unificadas de ler o passado e criar valores e tradições, como forma de constituir cidadãos de um país territorial e linguisticamente definidos. Estes intelectuais investiram na possibilidade de intervir na política cultural encetada pelo Estado para que esta pudesse atingir a elite e o cidadão comum, sendo que tal política tinha sempre uma dimensão nacional e homogeneizadora. Havia com esta prática de produção de revistas uma política de aproximação entre a população e o Estado, de tal forma que não fosse perceptível a separação. Estado, nação e sociedade deveriam ser convergentes. A partir do pressuposto que todos deveriam convergir para um único sentido idealizava-se o bom cidadão e a pátria grandiosa por seus feitos no passado serviria como exemplo no presente. Externamente as revistas funcionavam como propagadoras da cultura intelectual portuguesa, como veículos de difusão das ideias fixando uma memória coletiva de sua tradição e mostrando aos demais países europeus seu pendor imperialista mediante discurso de ser "criador de nacionalidades". Com isso, marcavam presença no contexto das políticas colonialistas e, acima de tudo, dialogavam com o Brasil na medida em que este era o emblema da positividade da sua política colonialista e serviria como exemplo para as colônias portuguesas, em África.

Com efeito, é muito interessante notar como esses intelectuais portugueses enxergavam suas colônias africanas e asiáticas, qual discurso proferiam sobre elas e, principalmente, qual era a visão desse escopo colonialista lusitano – discurso tal que também pode ser estendido ao Brasil – considerado eterna colônia pela “subordinação cultural e linguística”, além dos interesses comerciais e econômicos que percebemos

¹⁴ SERPA, Élio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000.

embutidos na preleção dessa elite cultural através dos diversos artigos que compuseram o corpus da nossa pesquisa.

Apesar da breve exposição de um assunto tão complexo, esperamos ter conseguido demonstrar a riqueza dos sentidos discursivos que um órgão tão representativo da imprensa portuguesa teve naquele momento histórico, bem como o grande impacto exercido na sociedade de seu tempo. Mais uma prova cabal do poder simbólico da imprensa que sempre influenciou (e continuará sem dúvida ainda influenciando) os rumos políticos de seu país.

REFERÊNCIAS

BOUDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ENES, Antonio. De Lisboa a Moçambique (cap. I). **SERÕES: Revista Mensal e Ilustrada**, Lisboa, v. I, n. 41, p. 17-34. 01/03/1901.

_____. De Lisboa a Moçambique (cap. II). **SERÕES: Revista Mensal e Ilustrada**, Lisboa, v. I, n. 1, p. 81-97. 01/03/1901.

FERRO, Marc. **História das colonizações** – das conquistas às independências – séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FIGUEIREDO, Cândido de. O Brasil e a sua Exposição. **SERÕES: Revista Mensal e Ilustrada**, Lisboa, v. VII, n. 41, p. 283-291. 01/10/1908.

GRAMISCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Torino: Einaudi, 2008.

HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos II**. Lisboa: Presença, 1983.

MARQUES PEREIRA, J.F. Portugal e a China ante a questão de Macau. **SERÕES: Revista Mensal e Ilustrada**, Lisboa, v. II, p. 195-204. 01/02/1902.

MARTINS, Rocha. **Pequena Historia da Imprensa Portuguesa**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1941.

Os nossos vinhos e o Brasil. **SERÕES: Revista Mensal e Ilustrada**, Lisboa, v. VII, n. 41, p. 367-370. 01/11/1908.

PIRES, Daniel. **Dicionário das revistas literárias portuguesas do século XX**. Lisboa: Contexto, 1986.

RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo**. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SERPA, Élio. Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. **REV. BRAS. HIST.**, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882000000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03 abr. 2007.

SERRÃO, J.; MARQUES, A.H. de O. (dir.) **Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração** (vol. X). Lisboa: Editorial Presença, 2004.

_____. **Nova História de Portugal: Portugal da Monarquia à República** (vol. XI). Lisboa: Editorial Presença, 1991.

PESSOA, Fernando. **Sobre Portugal** - Introdução ao Problema Nacional (Introdução de Joel Serrão e recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão). Lisboa: Ática, 1978.

VIEIRA, Nelson H. **Brasil e Portugal: a imagem recíproca – o mito e a realidade na expressão literária**. Lisboa: Ministério da Educação; Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

Artigo recebido em: dezembro de 2017.

Aprovado e revisado em: março de 2018.

Publicado em: maio de 2018.

Para citar este texto:

MULLER, Fernanda Suely. O discurso da (n)ação: apontamentos de literatura, história e propaganda política na revista *Os Serões* (1901-1911). **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso, ISSN 2179-3514, on-line, www.entremeios.inf.br], Seção Temática [Discurso, arte e literatura – Parte I], Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 16, p. 359-371, jan. - jun. 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol16pagina359a371>